

CO.JUS

| Lab+

Parceria Colaborativa de
Estudos Interdisciplinares
sobre os **Sistemas de Justiça**

OPJ

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

CEDP

Faculdade de Direito
Universidade Agostinho Neto

Apresentação

O **CO.JUS | Lab+** é uma Parceria Colaborativa de Estudos Interdisciplinares sobre os Sistemas de Justiça. A partir de uma abordagem interdisciplinar, promove o desenvolvimento de estudos e a reflexão crítica sobre os sistemas de justiça, combinando o apoio técnico à definição e implementação de políticas públicas de justiça – incluindo a produção de recomendações, a elaboração de propostas de anteprojetos legislativos, a monitorização e a avaliação de reformas – e a formação de magistrados e de outros profissionais da justiça. O trabalho é desenvolvido em estreita articulação com instituições académicas, órgãos e entidades do sistema judicial e organizações da sociedade civil, reforçando a qualidade metodológica, a relevância institucional e a legitimidade das propostas e recomendações. O seu propósito estratégico é contribuir, através de análises e recomendações inovadoras com impacto transformador e sustentável, para o desenvolvimento de reformas orientadas para a consolidação de um sistema de justiça eficiente, socialmente legitimado e centrado nas pessoas.

Em Angola, o **CO.JUS | Lab+** desenvolve trabalho desde 2010 em três principais vertentes:

1

Desenvolvimento de estudos no âmbito de projetos de investigação, de cooperação e de apoio a reformas e políticas públicas;

2

Iniciativas de reflexão e debate, designadamente, colóquios e seminários;

3

Ações de formação para profissionais da justiça.

Equipas e parcerias

As atividades do **CO.JUS | Lab+** são conduzidas por equipas multidisciplinares que articulam competências de investigação e de prática profissional, integrando investigadores do OPJ-CES e do CEDP, bem como de outras instituições académicas, e profissionais do setor da justiça com experiência relevante.

Paralelamente, o **CO.JUS | Lab+** promove a construção de parcerias estratégicas nacionais e internacionais, mobilizando instituições do sistema de justiça, associações profissionais, organizações da sociedade civil e entidades académicas, em função dos objetivos específicos dos estudos e das iniciativas de reflexão e formação.

Estudos, formação e apoio técnico às reformas

Entre as principais áreas de trabalho, destacam-se as seguintes:

- **Estado de direito, boa governação e prevenção e combate à corrupção**, englobando vertentes como a recuperação de ativos, as políticas anti-corrupção, a gestão de riscos de corrupção, a proteção de pessoas denunciantes e a independência judicial.
- **Governança e gestão do sistema de justiça**, incidindo, designadamente, sobre a arquitetura do sistema, os órgãos de governação e gestão, a articulação interinstitucional, os mecanismos de prestação de contas, as carreiras judiciais (recrutamento, formação, nomeações, progressão, avaliação e disciplina) e a administração e gestão dos tribunais (orçamento, infraestruturas, gestão de TIC e de dados, sistemas e ferramentas digitais, incluindo IA).
- **Eficiência e qualidade do sistema de justiça**, avaliação de desempenho do sistema, gestão processual, afetação de recursos, práticas profissionais, produção e utilização de indicadores estatísticos fiáveis.
- **Acesso ao direito e à justiça**, com enfoque nos fatores económicos relacionados com os custos, o apoio e o patrocínio judiciário, nas dimensões organizacionais que condicionam a proximidade, os tempos e a qualidade da resposta e no papel dos meios alternativos de resolução de litígios (mediação, conciliação, arbitragem, entre outros), avaliando a sua articulação com o sistema judicial.
- **Política criminal e justiça penal**, avaliando, entre outros aspetos, a articulação interinstitucional, a gestão de processos e de recursos, os tempos e padrões de tramitação e os seus efeitos na seletividade e efetividade da ação penal.
- **Formação judicial**, perspectivada, tanto nos estudos desenvolvidos como nos programas formativos implementados, enquanto instrumento estruturante de consolidação das agendas de reforma da justiça. Em Angola, são exemplos das ações realizadas o Programa de formação para o exercício de funções nos Tribunais da Relação de Luanda e Benguela e o Curso “Organização e Gestão dos Tribunais”.



Alguns estudos realizados em Angola

- A justiça em Recurso em Angola
- A Luta pela relevância social e política: os tribunais judiciais em Angola
- Programa estratégico da reforma da justiça em Angola
- Programa para a implementação da reforma do mapa e da organização judiciária em Angola
- Desafios à mudança do sistema judicial. Para uma nova geografia da justiça em Angola



- Estudo e Proposta do Anteprojeto da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais da Jurisdição Comum

- Fundamentos para a Promoção do Acesso ao Direito e à Justiça em Angola – Estudo e Proposta do Anteprojeto de Lei

- Desafios à Justiça de Proximidade: os Julgados de Paz em Angola – Estudo e Proposta do Anteprojeto de Lei

- Para uma Política Criminal em Angola – Estudo e Proposta do Anteprojeto da Lei de Bases da Política Criminal



Instituições parceiras



Observatório Permanente da Justiça

Com 30 anos de atuação, o Observatório Permanente da Justiça (OPJ) do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra dedica-se ao estudo interdisciplinar do sistema de justiça, através de abordagens sociojurídicas sobre temas como direitos fundamentais, independência judicial, acesso ao direito e à justiça; governação, administração e gestão; transformação digital; eficiência e qualidade da justiça; prevenção e combate à corrupção e profissões jurídicas. Contribui para as políticas públicas de justiça através da realização de estudos de avaliação, monitorização, apoio a reformas, e de propostas e anteprojetos legislativos. A sua atividade desenvolve-se em Portugal, na União Europeia, nos PALOP, com destaque para Angola e Moçambique, e em Timor-Leste. Desde 2012, a Unidade de Formação Jurídica e Judiciária (UNIFOJ) reforça esta ação com formação avançada, presencial e a distância, em temas do direito e da justiça.



Centro de Estudos de Direito Público e Ciências Jurídico-Políticas

O Centro de Estudos de Direito Público e Ciências Jurídico-Políticas (CEDP) é um órgão da Universidade Agostinho Neto vocacionado para a formação complementar no ensino do Direito e a investigação nas áreas do direito público, constitucionalismo, governação e políticas públicas, com especial incidência nos desafios contemporâneos do Estado e do sistema de justiça. O CEDP desenvolve, em articulação com instituições académicas, do sistema judicial e da sociedade civil, projetos de investigação, iniciativas de reflexão interdisciplinar, como seminários, conferências e publicações, e ações de formação avançada. A sua atuação privilegia abordagens orientadas para o impacto, contribuindo para o fortalecimento do Estado de direito, para a qualidade das reformas e para a capacidade institucional, em diálogo com redes nacionais e internacionais.

CO.JUS

| Lab+

Observatório Permanente da Justiça

Centro de Estudos Sociais

Colégio da Graça, Rua da Sofia nº 136-138

3000-389 Coimbra, Portugal

E-mail: opj@ces.uc.pt

Tel: (+351) 239 855 570

Centro de Estudos de Direito Público e Ciências Jurídico-Políticas

Faculdade de Direito

Universidade Agostinho Neto

Avenida Ho Chi Minh, Luanda, Angola

E-mail: cedpgeral@gmail.com

Tel: (+244) 935 941 283



**OBSERVATÓRIO
PERMANENTE DA
JUSTIÇA**

